



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
Grupo Municipal do PCP

PROPOSTA

Transferência de Competências nas Áreas da Educação e do Transporte em Vias Navegáveis Interiores

Considerando que:

- O Grupo Municipal do PCP apresentou três propostas à Assembleia Municipal de Lisboa, que foram discutidas e votadas nos dias 08 de Maio de 2018, 29 de Janeiro de 2019 e 26 de Março de 2019, sobre transferência de competências, cujos Decretos-Lei tinham sido, até então, publicados;
- Após essas datas, foram publicados outros Decreto-Lei, relativos à transferência de competências nas áreas da educação e transporte em vias navegáveis interiores;
- Que nada se alterou até ao momento, subsistindo o conjunto de riscos associados a toda esta legislação, nomeadamente:
 - * Sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central;
 - * Inerente risco dessa transferência consubstanciar um alijar de responsabilidades do Estado Central;
 - * Preocupação com a possibilidade de agravamento das desigualdades entre autarquias locais;
 - * Exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência imediata no rigor das finanças públicas;
 - * Afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas.
- De acordo com o disposto nos referidos Decretos-Lei, O Município se deve pronunciar sobre a transferência destas novas competências, sendo assim este o momento para se recusar novamente este processo, claramente contrário aos interesses da Cidade e da sua população.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa na sua reunião de 27 de Junho de 2019, delibere:

1. Rejeitar a assumpção, em 2019, das competências transferidas por via dos decretos-lei sectoriais que a seguir se enunciam:

* Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que “concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação;

AML
ENT/2100/AML/19
26/06/2019 19:27:12

Mito Romo



* Decreto-lei n.º 58/2019, de 30 de Abril, que “concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores.

2. Propor à Assembleia da República e reclamar do governo:

- a) O início de um processo sério de descentralização inseparável da consideração da criação das regiões administrativas;
- b) A reconsideração do processo de alteração das freguesias liquidadas contra a vontade das populações;
- c) O encetar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios, nomeadamente o Município de Lisboa, e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus órgãos;
- d) A identificação no domínio da transferência de novas competências, daquelas que se adequam ao nível municipal, não comprometendo direitos e funções sociais do Estado, (designadamente a sua universalidade), e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não como pretexto para a desresponsabilização do Estado Central por via de um subfinanciamento que o actual processo institucionaliza.

O Representante do Grupo do Grupo Municipal do PCP

António Modesto Navarro

- António Modesto Navarro -